

Jornal da

**CUT**®

BRASIL

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES  
ano 2 · nº 19 · outubro de 2009 · www.cut.org.br

Augusto



**CUT pressiona Congresso  
no Dia Mundial do  
Trabalho Decente, 7 de  
outubro**

**Convenção 151 passa  
na Câmara  
Página 2**

**Redução da jornada: o  
caso francês  
Página 3**

**Canadenses na bronca  
com a Vale  
Página 6**

**Servidores na bronca  
com o Serra  
Página 6**

**Copom travou o  
crescimento  
Página 8**



**Marcha  
da  
Classe  
Trabalhadora**

**TODOS em  
BRASÍLIA  
11 de novembro**

ediTorial



Dino Parizotti

Dia 11 de novembro a CUT e as centrais sindicais, mais uma vez demonstrando maturidade política e unidade em defesa dos interesses da classe trabalhadora, farão a 6ª Marcha da Classe Trabalhadora.

Seremos milhares pelas ruas de Brasília, a reafirmar nossa determinação em aprovar projetos como a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, a ratificação das convenções 151 e 158 da OIT, a atualização dos índices de produtividade da terra, a PEC do trabalho escravo, política de valorização do salário mínimo (PL01/07), a aprovação do projeto cutista para combater os efeitos nocivos da terceirização e o projeto popular em defesa do pré-sal.

Alguns passos significativos já foram dados. A aprovação da Convenção 151 da OIT pela Câmara dos Deputados, no primeiro dia de outubro, é uma conquista e tanto. Uma bandeira histórica da CUT em favor da qualidade do serviço público e da valorização dos servidores precisa agora passar pelo Senado.

A redução da jornada também é uma campanha extremamente importante para o conjunto da classe trabalhadora brasileira. A CUT está colhendo assinaturas de apoio à medida. Acesse <http://40horasja.cut.org.br>.

Tudo isso está em jogo, e portanto é necessário construirmos uma mobilização de grandes proporções dia 11. Participe.

**Artur Henrique, presidente nacional**

Conquista

# Convenção 151 passa na Câmara

No último dia 1º de outubro, a maioria dos deputados federais aprovou a ratificação da Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que garante negociação coletiva entre trabalhadores públicos de todos os setores e os governos das três esferas - federal, estadual e municipal. A agência de notícias da Câmara anunciou que "a convenção estende aos trabalhadores do serviço público as mesmas garantias e condições de associação e de liberdade sindicais asseguradas para os trabalhadores da iniciativa privada".

Para o presidente da CUT, Artur Henrique, a ratificação da 151 é a mais importante bandeira dos trabalhadores públicos desde a fundação da Central, em 1983. "Precisamos agora pressionar o Senado para também aprovar a medida, para em seguida ser ratificada pela Presidência da República", diz. Passando pelo Senado, a 151 será seguramente ratificada por Lula, já que foi ele mesmo que enviou o projeto ao Congresso, no dia 14 de fevereiro de 2008, em resposta a várias mobilizações de rua e ações políticas da CUT. A

Central Única dos Trabalhadores é de longe a principal entidade representativa dos trabalhadores públicos. Nessa posição, conseguiu unir as demais centrais na defesa da 151.

**Correios** - Trabalhadoras e trabalhadores dos Correios, após greve, conseguiram um reajuste real de 9% sobre os salários, retroativos a agosto de 2009, e mais reajustes no tíquete-refeição e no vale-cesta.



Condese/CUT

Trabalhadores públicos federais nas ruas em defesa da 151

humor

Márcio Baraldi é um jovem e velho conhecido do movimento sindical cutista. Ele também quer a redução da jornada de trabalho sem redução de salários.



expediente:

**Jornal da CUT** é uma publicação mensal da Central Única dos Trabalhadores. **Presidente:** Artur Henrique da Silva Santos. **Secretária nacional de Comunicação:** Rosane Bertotti. **Direção Executiva:** Adeilson Ribeiro Telles; Antonio Lisboa Amâncio do Vale; Aparecido Donizeti da Silva; Camem Helena Foro; Dary Beck Filho; Denise Motta Dau; Elisângela dos Santos Araújo; Expedito Solaney; Jacy Afonso de Melo; Jasseir Alves Fernandes; João Felício; José Celestino; José Lopez Feijóo; Julio Turra; Junéia Martins Batista; Manoel Messias; Maria Julia Nogueira; Pedro Armengol; Quintino Severo; Rogério Pantoja; Rosana Sousa de Deus; Rosane da Silva; Shakespeare Martins de Jesus; Vagner Freitas; Valeir Ertle. **Jornalista responsável:** Isaias Dalle (MTB 16.871). **Redação e edição:** Ana Paula Carrion, Isaias Dalle, Leonardo Severo, Paula Brandão, Vanessa A. Paixão (secretaria e revisão), William Pedreira da Silva (estagiário) e Eder Eduardo (programador). **Projeto gráfico e diagramação:** TMax Propaganda. **Colaborou nesta edição:** subseção Dieese. **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 20 mil exemplares.

hisória

# Redução dá resultado na França

A redução da jornada de trabalho na França, hoje de 35 horas semanais, é um exemplo de sucesso na criação de empregos, combate às demissões e na elevação da qualidade de vida da maioria da classe trabalhadora.

É, portanto, o contrário do que sempre se ouve falar na mídia brasileira. A medida entrou em vigor a partir de junho de 1998, com a lei Aubry – referência à então ministra do Trabalho do governo socialista de Lionel Jospin, Martine Aubry, atual primeira secretária do PS francês. Na primeira fase, foi implementada por adesão em empresas que fechavam acordos coletivos com seus trabalhadores. Havia incentivo fiscal para as corporações que gerassem emprego. Segundo cronograma original, no ano 2000 a lei entrou em vigor em empresas com 2 mil ou mais funcionários. Em 2002, passou a valer também para as micro e pequenas, com 20 ou menos funcionários.

Os sindicatos franceses afirmam que nesse período de implementação, especialmente no governo Jospin, foram gerados mais de 2 milhões de empregos, sendo no mínimo 400 mil deles como resultado direto da redução da jornada. Uma combinação de crescimento econômico no final da década de 90 e início dos anos 2000 com a redução da jornada e o fato de a Convenção 158 da OIT, que inibe as demissões sem justa causa, vigorar na França.

Os jornais locais relatam também efeitos positivos na vida das cidades. Categorias profissionais combinaram seus acordos coletivos de forma a permitir que as pessoas usufríssem o tempo livre nas mesmas datas. São até 16 dias por ano de folga adicional. Nas sextas-feiras as atividades de lazer aumentaram, impulsionando o setor de serviços e o comércio.

Por que, então, é tão comum ouvir que o processo não gerou empregos como previsto? Para a técnica do Dieese Ana Cláudia Moreira Cardoso, autora de uma tese de doutorado sobre o tema na Universidade Paris 8, o empresariado sempre resistiu ao avanço e, como consequência, tem conseguido ampliar o número de horas extras permitido por lei. Em 1998, era de 130 horas extras anuais, e desde 2004 pulou para 220. “Tempo de trabalho é uma correlação de forças. A ascensão dos conservadores e a recente crise atrapalham”, diz a autora do livro “Tempos de Trabalho, Tempos de Não Trabalho – disputas em torno da jornada do trabalhador”.

Mesmo assim, segundo a Ana Cláudia, a redução da jornada na França tem ajudado o país a suportar os efeitos da crise internacional. Foi apenas no final de 2008 que a taxa de desemprego no país subiu após dois anos de estabilidade. Em setembro de 2009, a taxa atingiu 9,1% - alta, como resultado direto das turbulências globais. “Mas certamente muito menor do que seria se não houvesse a redução da jornada”, diz a técnica do Dieese.



Reuters

Franceses tomam as ruas de Paris em defesa das 35 horas semanais de trabalho

## Cronologia da luta

- 1883**  
Inglaterra fixa horário de trabalho entre 5h30 e 20h30, com intervalo de 1h30 para refeições, e proíbe o trabalho para menores de nove anos.
- 1841**  
França limita em oito horas o trabalho de crianças até 12 anos e em doze horas até 16 anos
- 1847**  
Têxteis ingleses conquistam redução de 13 para 10 horas diárias
- 1848**  
França conquista jornada de 10 horas diárias em Paris e de 11 no interior. Ingleses aprovam jornada de 10 horas diárias. No espaço de um ano, empresários derrubam a conquista nos dois países
- 1886**  
Greve geral em Chicago reivindica jornada diária de 8 horas. Repressão causa mortes e execuções públicas de trabalhadores. Nasce o 1º de Maio
- 1890**  
Congresso dos EUA institui jornada de oito horas
- 1900**  
No Brasil, a jornada diária, em média, é de 12 a 14 horas
- 1903**  
Duas greves dos têxteis, no Rio, conquistam redução da jornada diária para 9h30
- 1906**  
Na França, legislação institui a semana de seis dias
- 1907**  
Ampla greve no Brasil conquista, para algumas categorias, jornada de dez ou oito horas diárias

- 1911**  
Apresentado na Câmara dos Deputados projeto de lei para regulamentar jornada de 12 horas no comércio do Rio de Janeiro
- 1912**  
No Brasil, chega à Câmara projeto para limitar o "trabalho do operário em geral" em no máximo oito horas diárias, com proibição dos "serões em todas as fábricas e oficinas"
- 1917**  
Greve iniciada em julho, em uma fábrica têxtil em São Paulo, se estende para diversas categorias, principalmente após a morte do sapateiro Antônio Martinez, em uma manifestação. Duas das reivindicações eram a redução da jornada e a remuneração de horas extras em 50% a mais. Na região não houve a conquista, mas a Bahia é o primeiro Estado a aprovar a redução da jornada para oito horas diárias
- 1919**  
A Convenção nº1 da Organização Internacional do Trabalho - OIT - normatiza a jornada de trabalho em 48 horas semanais
- 1923**  
No Brasil, Câmara dos Deputados aprova projeto nº 265 - que limita em oito horas a duração do trabalho diário
- 1932**  
Decreto do governo brasileiro regulamenta que o horário normal e legal diurno das fábricas será de oito horas diárias ou 48 semanais
- 1934**  
Brasil: Constituição fixa jornada legal em 48 horas semanais e oito horas diárias
- 1936**  
França estabelece semana de 40 horas e duas semanas de férias pagas

- 1943**  
CLT limita hora extra a duas horas diárias e define adicional em 20%
- 1949**  
Lei nº 605 institui no Brasil descanso semanal remunerado de 24 horas consecutivas
- 1962**  
Legislação brasileira institui jornada de seis horas diárias e trinta semanais para bancários
- 1980**  
Na Espanha, acordo tripartite reduz o limite máximo para a jornada anual de 2.006 horas para 1.880horas/ano, a partir de 1982. Também determina o fim das horas extras, limitando-as a situações extraordinárias.
- 1982**  
François Mitterrand reduz jornada para 39 horas e limita de uso de horas extras na França
- 1983**  
Na Espanha, acordo interconfederal limita a jornada a 40 horas semanais
- 1985**  
Greves por redução de jornada em São Paulo e no ABC, realizadas por metalúrgicos e químicos. Em algumas empresas, os trabalhadores conquistam a redução
- 1988**  
Constituição Federal estabelece 44 horas semanais, adicional de hora extra de 50% e seis horas para o trabalho em turno de revezamento no Brasil
- 2009**  
Pressão popular aprova a jornada de 40 horas semanais?

# 11 de novembro: quanto mais

A redução da jornada de trabalho sem redução de salários é uma questão de honra para o movimento sindical. O empresariado todo está contra, e por isso mesmo aprovar a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 231/95 será uma vitória da classe trabalhadora tão importante e sonora quanto foi em 1988, quando a luta reduziu a jornada legal de 48 horas para 44 horas semanais.

Motivos não faltam. Segundo o Dieese, em sua mais recente Nota Técnica, entre 1988 e 2008 a produtividade da indústria cresceu 84%. Para entender melhor o que isso significa, vamos imaginar que em 1988 um trabalhador ou uma trabalhadora fabricava ou vendia 100 unidades. 20 anos depois, produz ou vende 184 unidades.

Podemos usar um exemplo ainda mais preciso. Nas montadoras de veículos, em 1998, havia 87 mil trabalhadores e trabalhadoras contratados diretamente. Por ano, fabricavam 1 milhão e 600 mil veículos. Dez anos depois, em 2008, havia 108 mil trabalhadores nas montadoras. E produziam 3 milhões e 2 mil veículos por ano.

Isso significa que o número de postos de trabalho cresceu 23%, enquanto a produtividade física (número de unidades de produto) cresceu 65%.

Em termos mais diretos: em 1998, cada trabalhador das montadoras fabricava 18 veículos por ano. Em 2008 – portanto, apenas um ano atrás – cada trabalhador fabricava 30 carros por ano.

Por outro lado, uma pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indica que a participação da massa salarial no PIB, em 1990, era de 45% para empregados e de 7% para autônomos e informais. Em 2003, essa participação caiu para 36% e 5%, respectivamente.

Além de continuar enfrentando longos períodos de trabalho, que incluem horas extras, os trabalhadores ainda veem cair sua participação na riqueza nacional. O capital, portanto, continua em sua lógica intrínseca a acumular excedentes, impondo maior carga para aqueles que constroem as riquezas – os trabalhadores e trabalhadoras – e reprimindo as possibilidades de geração de novas vagas de trabalho decente. Perdem os trabalhadores, perde o Brasil. A redução da jornada semanal em 4 horas será uma entre outras maneiras de corrigir essa injustiça.

## A reação

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) e suas estaduais, como a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que são entidades sindicais



Parizotti

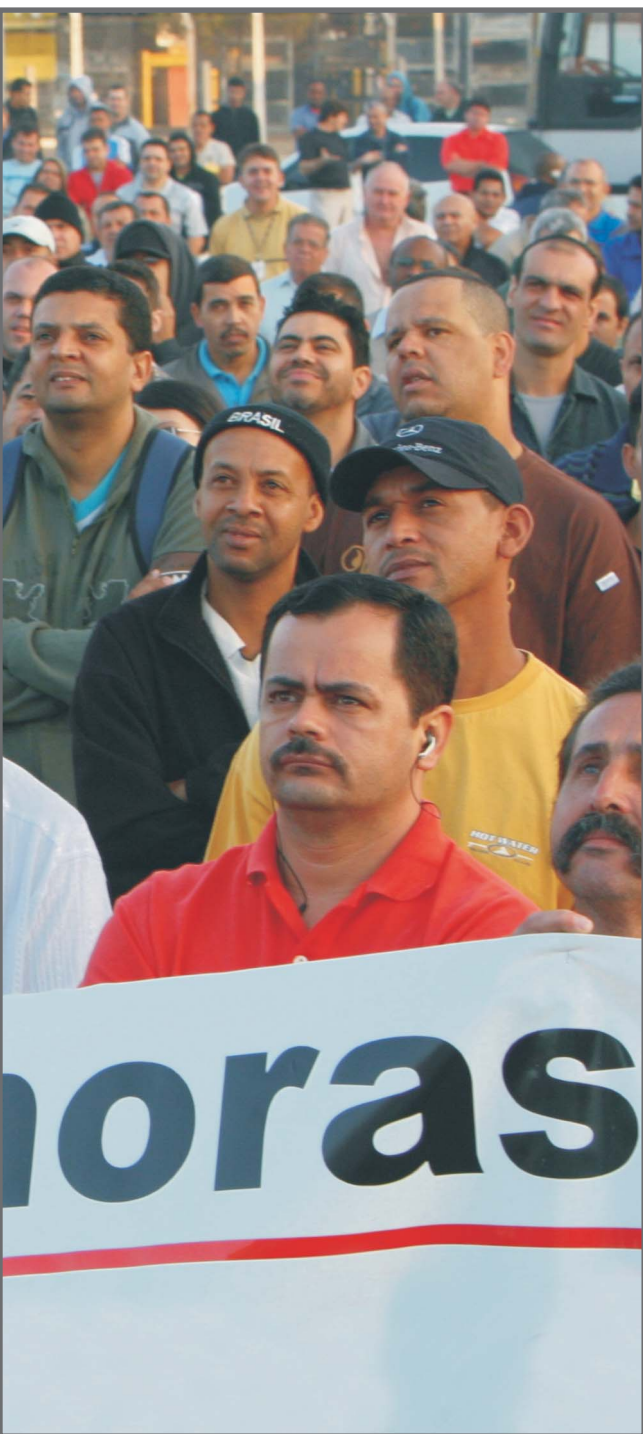
Várias categorias, como os metalúrgicos, brigam pelas 40 horas

dos patrões e que recebem imposto sindical e ainda têm uma série de vantagens com dinheiro público, estão contra a redução da jornada de trabalho sem redução de salários.

Claro, eles não querem dividir os imensos lucros que acumulam com as pessoas que trabalham nas linhas de produção, no chão de fábrica, nos balcões das

lojas, nos escritórios, nas redações de imprensa, nas obras das construções, nos consultórios, ao volante dos ônibus, dos caminhões e dos tratores, na limpeza e conservação das ruas, nas cozinhas e salões dos restaurantes e bares, nos hospitais, escolas, nas empresas de telemarketing, nas creches, na agricultura e onde mais brasileiros e brasileiras dão o seu recado para o desenvolvimento do País.

# Mais gente, menor a jornada



“Ora, que contradição é essa? Toda a vez que aparece uma proposta que melhora a vida do trabalhador, o empresariado vem com o discurso do horror. Foi assim com o salário mínimo. Diziam que se o mínimo chegasse a 100 dólares, as prefeituras iam quebrar. E a realidade, ainda bem, desmente esses caras”, comenta Marcos Verlaime da Silva Pinto, assessor do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

## Mais mobilização

Por isso tudo, a classe trabalhadora tem de ser protagonista sobre o Congresso Nacional. Além da ação política nas duas casas parlamentares no nal da

último dia 7 de outubro, nosso desafio é colocar milhares de trabalhadores e trabalhadoras nas ruas de Brasília no próximo dia 11 de novembro, durante nossa 6ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora.

Cada sindicato, cada federação e confederação da CUT devem reunir o maior número possível de militantes para participar dessa já tradicional mobilização. Mesmo categorias que já conquistaram a redução da jornada têm interesse na aprovação do projeto de lei que regulamenta as 40 horas. Se a jornada é desigual para as regiões do País, fica difícil construir acordos coletivos nacionais.

*Não deixe de participar.*

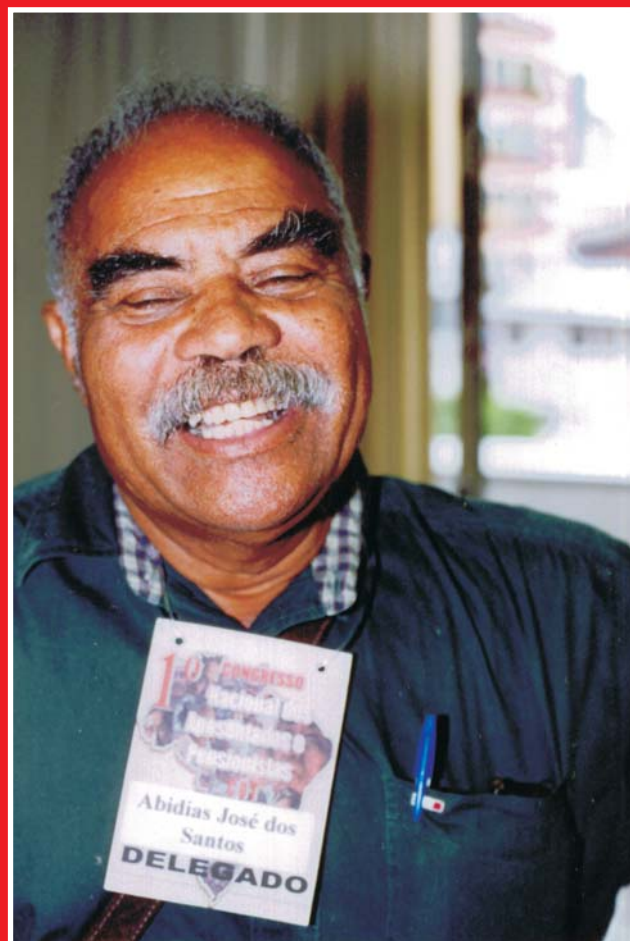
## Herói da classe

O movimento sindical ficou um pouco mais sem graça depois do dia 31 de agosto, quando morreu Abdias José dos Santos, secretário de Administração e Finanças do SINTAPI/CUT (Sindicato dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos).

Abdias foi um dos pioneiros fundadores da CUT. Em 1983, era metalúrgico de Niterói (RJ). Amigos daquela época garantem que foi ele o autor do convite para que algumas lideranças importantes, como Luiz Inácio Lula da Silva, começassem a discutir a construção de uma central sindical livre e autônoma.

Na Comissão Nacional Pró-CUT instituída em novembro de 1982, Abdias era membro efetivo. Depois da fundação da Central, ele integrou a Coordenação e tinha sob sua responsabilidade as finanças daquela que viria a ser a maior entidade sindical do Brasil e a quinta maior do mundo.

Todos os que estiveram com ele naquele período são unânimes em louvar a sua coerência e fidelidade ao projeto cutista. Outra marca registrada era a sua bolsa tiracolo, jamais suscetível à moda. Havia também a pureza: passou a preparar seu próprio prato no jantar, depois de escutar a ala feminista dizer que as mulheres eram mais que simples donas de casa. Sua esposa, contrariada com a mudança de comportamento, brigou com ele. Abdias, homem de família, voltou a sentar à mesa e aguardar o prato.



Esses patrões são mal acostumados. Por séculos e, mais recentemente, por décadas, sempre usaram a ameaça da catástrofe para impedir avanços sociais. Um exemplo claro: em 1988, durante a Constituinte, afirmavam que as 44 horas semanais, se aprovadas, provocariam desemprego em massa. Meses atrás, ao se posicionarem contra a jornada de 40 horas, produziram uma frase propagandística: “44 horas é mais emprego”.

mobiliza<sup>ção</sup>

## Contra a privatização do SUS em São Paulo



Com ironia e garra, trabalhadores públicos da Saúde encenaram o enterro do SUS

Enquanto o papel fundamental do Estado e das políticas públicas ganha cada vez mais relevância pelo mundo e especialmente no Brasil, o governador de São Paulo, José Serra (PSDB-DEMO) continua apostando na privatização. Por isso, no primeiro dia de outubro, enfrentou protestos na avenida Paulista contra o projeto – aprovado pela maioria dos deputados estaduais – que entrega toda a rede pública de saúde a entidades privadas, conhecidas como OSs (Organizações Sociais).

Essas OSs são entidades de direito privado – fundações, ONGs e outras – que recebem dinheiro público para administrar equipamentos públicos sem, no entanto, serem obrigadas a prestar contas para os organismos constitucionais de controle social – o conselho estadual e municipais de saúde. Com lógica privada, buscam lucratividade, e para isso golpeiam os preceitos de atendimento universal e igualitário, até mesmo em casos de emergência. Há denúncias comprovadas desse tipo de crime em poder dos sindicatos cutistas e da bancada de oposição na Assembléia Legislativa. Na mídia local, silêncio.

**Greve** – Os bancários de todo o Brasil, com muita coragem, realizaram greve de 15 dias contra a intransigência dos bancos que, apesar de mergulhados em altas taxas de lucro e com dinheiro saindo pelo ladrão, recusavam-se a dar aumento real. Os bancários conquistaram aumento de 6% e preservaram sua PLR (Participação nos Lucros e Resultados).



políti<sup>ca</sup>

## Pré-sal para financiar reforma agrária e previdência

Com a grande notícia de que o Rio de Janeiro vai sediar as Olimpíadas de 2016, depois de uma emocionante disputa com outras candidatas, o tema do pré-sal perdeu um pouco do espaço na cobertura da imprensa. Na pauta da CUT, no entanto, permanece como uma das prioridades neste semestre.

Na segunda semana de setembro a proposta da CUT e da FUP para um novo marco regulatório do petróleo foi defendida novamente, desta vez em audiência pública da Câmara dos Deputados e também em reunião do Conselho Econômico de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), ambas as ocasiões em Brasília. O coordenador da FUP, João Antonio de Moraes, esteve na Câmara e o presidente da CUT, Artur Henrique, fez a defesa no CDES.

A proposta das entidades já foi encampada por um grupo de deputados e se tornou projeto de lei, à espera de votação no Congresso. Em comparação com o projeto

apresentado pelo governo, o texto elaborado pela FUP vai além na defesa do papel do Estado e do controle social sobre as riquezas: acaba definitivamente com os leilões, estabelece uma Petrobrás totalmente pública e inclui a reforma agrária e a Previdência Social como destinatárias dos recursos que serão gerados pelo pré-sal.

O desafio da CUT e suas entidades é continuar pressionando pelas alterações no projeto do governo e lutando para que propostas conservadoras não peguem carona no potencial energético brasileiro.

**Terceirização** – A CUT também esteve, na última semana de setembro, defendendo um novo paradigma para as terceirizações no Brasil. A secretária nacional de Relações do Trabalho, Denise Motta Dau, foi a audiência na Câmara para insistir na aprovação do PL 1621/07, que, entre outras mudanças, estabelece igualdade de direitos para trabalhadores contratados diretamente e para terceirizados.

Internacional

## Luta pelo emprego além-fronteiras

Assembléia num ginásio de hóquei sobre o gelo, em pleno sábado, com a presença de crianças, maridos, mulheres e vizinhos. Era mais uma atividade da greve dos trabalhadores da Vale Inco, planta industrial da mineradora brasileira em Sudbury, Ontário, Canadá. Grande parte das atividades da cidade, com pouco mais de 160 mil habitantes, gira em torno da empresa.

Foi um sábado cheio, aquele 19 de setembro. No fim do dia, ainda aconteceu uma sessão especial do filme “Capitalismo, Uma História de Amor”, do premiado diretor norte-americano Michael Moore, uma das celebridades internacionais que apoiam a greve iniciada em 13 de junho. A Vale enfrenta a longa paralisação porque quer romper com cláusulas de contrato coletivo que existem há décadas – como o bônus níquel, que garante aos trabalhadores uma parte da valorização do metal no mercado, e a contribuição patronal por benefício definido no fundo de pensão dos trabalhadores.

Artur Henrique, presidente da CUT, participou das atividades, com o objetivo de intensificar a pressão sobre a Vale. A empresa ganhou um slogan dos canadenses: “Atalho para o Inferno”.

Nos primeiros dias de outubro, ainda em queda-debraço com os trabalhadores, a Vale convocou funcionários de outra unidade para cobrir os grevistas, que então foram à Justiça do trabalho.

**G20** – A viagem de Artur tinha como um dos principais objetivos a participação nas atividades sindicais paralelas ao encontro do G20, em Pittsburg, EUA,

entre 23 e 25 de setembro. Mesmo sem autorização para participar da agenda oficial, Artur e dirigentes sindicais de diversos países, juntos, realizaram encontros com alguns dos principais líderes mundiais, para quem entregaram a pauta dos trabalhadores e trabalhadoras. Destaque para a proposta de criação de um comitê internacional permanente para elaborar e cumprir metas de geração de emprego nos países do G20 e a exigência de uma estrutura tributária progressiva, que cobre menos de quem ganha menos e mais de quem ganha mais. O presidente Lula recebeu Artur e sindicalistas de 12 países no dia 23.

Na semana que antecedeu o encontro do G20, Artur representou a CUT no Congresso da maior entidade sindical norte-americana, a AFL-CIO. Na abertura, o presidente Barack Obama reafirmou a conclusão de que, sem um sindicalismo forte e sem luta internacional pelo emprego, o mundo não sairá da crise.



Protesto de canadenses contra tirania da Vale

Sudbury Star

## Curtas

### Aviação Civil

Entre os dias 15 e 18 de outubro, a Fentac (Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil) realiza em Votorantim (SP), o seu 1º Congresso Nacional. O evento será uma oportunidade para os trabalhadores debaterem a conjuntura do setor aéreo e as perspectivas de mercado, frente às ações da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil). A abertura acontece no dia 15, às 19 horas.

### Congresso Fetraf/Brasil

Os agricultores familiares de todo o Brasil estarão reunidos entre os dias 28 e 30 de outubro na cidade de Luziania, em Goiás, para o Congresso da Fetraf/Brasil (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil). Durante o encontro, os agricultores farão uma avaliação da conjuntura política e econômica nacional e internacional, das diretrizes estratégicas de ação e o plano de lutas, além de discutirem as alterações no estatuto social da entidade. No último dia, será eleita e tomará posse a nova coordenação nacional para o triênio 2009/2012. São esperados para o Congresso 800 delegados e 40 convidados.

### Educação no Brasil

Cerca de 340 trabalhadores da educação participam de 9 a 11 de outubro, em Brasília, da 7ª Conferência Nacional de Educação promovida pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). Entre os principais pontos de discussão estão a valorização dos profissionais da educação, a implementação do piso salarial profissional nacional, o financiamento, a gestão democrática e avaliação educacional. Ao final, será elaborado um documento que servirá de subsídio para as conferências estaduais e a Conferência Nacional de Educação (CONAE).

### Químicos em campanha

ACNQ (Confederação Nacional do Ramo Químico) estará acompanhando prioritariamente nos meses de outubro e novembro as campanhas salariais dos setores do ramo. Os trabalhadores no setor de Papel e Celulose, Papelão e Artefatos da CUT com data-base em 1º de outubro; Químicos de São Paulo e Região e Sindicato dos Químicos do ABC com data-base em 1º de novembro; e Químicos e Petroquímicos da Bahia com data-base 1º de setembro serão subsidiados pela Confederação. Além disso, a CNQ estará acompanhando e participando das atividades programadas em defesa do projeto da CUT e FUP para o pré-sal.

### Jovens trabalhadoras

A Contracs (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviços) participa nos dias 5 e 6 de outubro, da Oficina de Capacitação intitulada de "Que Venha Essa Nova Mulher De Dentro de Mim." O evento, que acontece na cidade de Praia Grande (SP), tem a finalidade de conscientizar jovens trabalhadoras acerca de suas oportunidades de emprego e possibilidades de realizar uma carreira, a formação de uma família e o equilíbrio entre a vida de trabalho e familiar.

### Queremos creche

12 de outubro não é só o Dia da Padroeira e das Crianças. É celebrado também o Dia Nacional de Luta pela Creche. Neste 12 de outubro, entidades se mobilizam por todo o Brasil, promovendo campanhas de conscientização da população, mobilizando todos (as) trabalhadores (as) para que negociem com as empresas e sindicatos patronais a viabilização desse direito tantas vezes negado à sociedade. Em Santa Catarina, por exemplo, a CUT lançou neste ano a cartilha "Campanha pelo direito à creche" e no dia 12, estará distribuindo a publicação no centro da cidade como forma de pautar e orientar a classe trabalhadora. Creche significa segurança, apoio e tranquilidade para os pais e desenvolvimento, socialização, instrução e inclusão social para as crianças. Vamos lutar por esse direito!



Valter Campanato/Abra

Creche deve integrar pauta de campanhas salariais

### Servidores parados

Servidores públicos de todo o Brasil paralisaram as atividades durante todo o 1º de outubro para cobrar a retomada de negociações salariais e o cumprimento de acordos firmados com o governo. Entre as reivindicações estão a aprovação de planos de carreiras, a revisão de tabelas salariais, o reajuste do auxílio alimentação e da assistência à saúde e a garantia de paridade entre servidores da ativa, aposentados e pensionistas. Caso o governo não atenda as reivindicações, os servidores planejam outras paralisações para os dias 15 e 16 de outubro e, novamente, no dia 22, em um ato público nacional em Brasília.

### Trabalho decente

A Ação Global contra o trabalho precário organizada pela Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas (FITIM) acontecerá neste ano entre os dias 3 e 10 de outubro. Cada vez mais, cresce o número de trabalhadores em todo o mundo que encaram a insegurança no trabalho, baixos salários e um futuro incerto. Por isso, a FITIM, junto a seus afiliados, quer reverter este quadro. A CNM (Confederação Nacional dos Metalúrgicos) também está nesta luta, e fará parte destas ações globais pelo trabalho decente realizadas aqui Brasil.

### O pré-sal é nosso

No dia 29 de setembro, CUT e FUP estiveram reunidas no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para defender o projeto de lei instituído por ambas que regulamenta a exploração e a comercialização do petróleo brasileiro, com a criação de um fundo soberano que direcione as riquezas para políticas públicas e de estímulo ao desenvolvimento social e científico do país. Este projeto fará parte da programação de debates da 7ª Plenária Política Nacional da CMS – Coordenação dos Movimentos Sociais, marcada para o dia 23 de outubro e que contará com a participação da CUT e de convidados como João Antônio de Moraes (FUP), Márcio Pochman (Ipea) e João Pedro Stédile (MST). Além dos debates sobre o pré-sal, estarão na pauta Conferência Nacional de Comunicação e de Educação, Eleições 2010 e Fórum Social Mundial.

### CUT/RS

No dia 2 de outubro a CUT/RS realiza a posse festiva da nova direção, eleita para a gestão 2009-2012. Já no dia 4 de outubro, a Central organiza um ato show, político e cultural pelo "Fora Yeda" e pelo "Impeachment Já", que mobilizará toda sociedade no Parque Marinha do Brasil e terá a participação de artistas como Ricardo Pacheco, Nei Lisboa, Nelson Coelho de Castro, Nancy Araújo e Eduardo Solaris, Pedro Munhoz, Família Sarará, Sombrero Luminoso, Banda Lollipop, Banda Mariposa e o cantor nativista Leonardo.

### Ação Sindical

A Central Única dos Trabalhadores prepara-se para a realização da I Conferência Nacional de Comunicação, marcada para os dias 1º, 2 e 3 de dezembro. Como parte dessa preparação, as Estaduais da CUT realizaram encontros sobre o tema, envolvendo todos os ramos. Como a CUT-Ceará, que de 23 a 25 de setembro organizou um amplo e produtivo debate sobre o tema.

A próxima etapa agora é a realização das Conferências nos estados, nos meses de outubro e novembro. É essencial que as CUTs Estaduais estejam articuladas com o conjunto dos movimentos sociais e de luta pela democratização. Tal intervenção é necessária para que o debate contemple e respeite a diversidade e a pluralidade de nossa sociedade. A construção de políticas públicas que estabeleçam mecanismos de controle social sobre as comunicações e combatam o monopólio passa pela formação de uma rede de comunicação cutista forte. Por isso, é muito importante que se faça um debate construtivo nos estados, visando a realização da I Conferência Nacional.

Nesta edição, divulgamos o calendário das Conferências Estaduais já confirmadas:

Alagoas – Maceió – 6, 7 e 8 de novembro  
Bahia – Salvador – 24 e 25 de outubro  
Ceará – Fortaleza – 2ª quinzena de outubro  
Distrito Federal – Brasília – 6, 7 e 8 de novembro  
Espírito Santo – Vitória – 6 e 7 de novembro  
Maranhão – São Luís – 4, 5 e 6 de novembro  
Mato Grosso – Cuiabá – 29, 30 de outubro e 1º de novembro  
Mato Grosso do Sul – Campo Grande – 8 de novembro  
Minas Gerais – Belo Horizonte – 29, 30 e 31 de outubro  
Pará – Belém – 29, 30 e 31 de outubro  
Paraíba – João Pessoa – 5 e 6 de novembro  
Paraná – Curitiba – 6, 7 e 8 de novembro  
Pernambuco – Recife – 5, 6, 7 e 8 de novembro  
Piauí – Teresina – 29, 30 e 31 de outubro  
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – 30 de outubro e 1º de novembro  
Rio Grande do Norte – Natal – 5, 6 e 7 de novembro  
Rio Grande do Sul – Porto Alegre – 8 de novembro  
Roraima – Boa Vista – 5 e 6 de novembro  
Sergipe – Aracaju – 5 e 6 de novembro

## Brasil cresce 3% em 2009?

Se o Banco Central do Brasil não tivesse hesitado, a queda da taxa básica de juros teria ocorrido com firmeza logo na eclosão da crise, em setembro de 2008, e o Brasil cresceria entre 2% e 3% agora, em 2009. Se a análise, do coordenador técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, estiver correta, o Banco Central e sua elevada taxa Selic impediram o Brasil de verdadeiramente assombrar o mundo.

“O que sabemos é que, se o Brasil crescer este ano, será menos de 1%. O Banco Central olhou para a inflação, o câmbio, e esqueceu do principal”, comenta Clemente. A CUT sempre foi uma crítica feroz da taxa básica de juros praticada nos últimos anos.

Mesmo assim, o Brasil vai saindo da crise, e Clemente é otimista em relação aos próximos meses. “Que as pessoas se animem porque o emprego vai voltar. Para os jovens, digo que invistam pesado em formação. E que as famílias continuem consumindo, com responsabilidade,

claro, mas mantenham o padrão de consumo”. Na sua opinião, o fato de ter ficado evidente o papel do emprego e do salário para a superação da crise vai criar novos paradigmas no Brasil.

“Por isso, o movimento sindical tem de continuar brigando por aumentos reais e por negociações coletivas ousadas”, diz Clemente.

Porém, o mundo ainda deve ficar às voltas com os estragos causados pela crise por mais dez anos. Esse é o tempo que os Estados Unidos levarão para recuperar a perda de riquezas ocorrida de 2008 até agora. Como o maior consumidor da Terra, quando o país para o mundo “trava”. Mesmo depois de recuperada, a economia norte-americana ainda deixará para trás 7% da população economicamente ativa, sem emprego. Isso deve gerar um novo padrão de consumo e de poupança. “O Brasil acertou ao valorizar seu mercado interno, redescoberto há cinco anos”, completa.

## T direitos

## Um milhão de assinaturas em favor de sete milhões de casas

De um lado, o déficit habitacional, que atinge aproximadamente 8 milhões de famílias no Brasil sem casa própria. De outro, o programa Minha Casa, Minha Vida, que tem o objetivo de construir 1 milhão de casas populares – insuficiente, portanto, para erradicar a falta de moradias. Por isso, a CUT e suas entidades filiadas têm se esforçado para aprovar a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 285/08, conhecida como PEC da Moradia Digna, que garantirá que o governo federal destine 2% de sua arrecadação para projetos de habitação popular e que estados e municípios destinem 1%. Essa PEC, depois de aprovada, terá duração de 30 anos ou até que acabe o déficit.

Para assegurar que o direito constitucional à moradia alcance todos os brasileiros, a CUT e as centrais estão convocando todos a participar de um abaixo-assinado de apoio à PEC da Moradia Digna. Para registrar seu nome, acesse: [www.moradiadigna.org.br](http://www.moradiadigna.org.br).

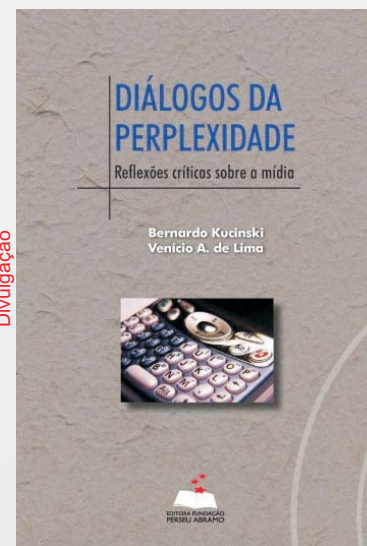
Depois de aprovada a PEC, o desafio seguinte será garantir que os operários e operárias que vão construir as casas tenham registro em carteira,

segurança e saúde do trabalho e acesso à qualificação profissional, entre outros direitos fundamentais. Com este objetivo, a CUT e sua Conticom (Confederação dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira) propuseram à CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), em reunião realizada em setembro, a elaboração de um compromisso nacional que assegure emprego decente em toda as obras que serão geradas a partir da aprovação da PEC da Moradia Digna. A CBIC topou e o projeto está em fase de elaboração.



Carteira assinada, saúde e segurança

## Conversa de quem entende



Capa do livro, já nas lojas: R\$ 20

Após cinco frutíferos encontros realizados em São Paulo, Campinas e Brasília, ao longo de 2008, as horas de gravação dos bate-papos de Bernardo Kucinski e Venício de Lima se transformaram no livro “Diálogos da Perplexidade – Reflexões Críticas Sobre a Mídia”, lançado pela PerseuAbramo.

Dividido em quatro capítulos, a obra expõe conversas com conteúdo leve, agradável de se ler, e ao mesmo tempo críticas profundas ao modelo autoritário de “mídia” que contamina a sociedade brasileira com a vulgarização do jornalismo e a transformação dos fatos em espetáculo.

Em tempos de Conferência Nacional de Comunicação, o livro ganha ainda maior relevância, com questionamentos profundos e certos sobre a manipulação de conceitos como liberdade de imprensa, metamorfoseado em liberdade de empresa, onde a ideologia mercantil busca refúgio e dissemina desinformação.

Uma leitura crítica indispensável, que aborda temas atuais como o crescimento e a popularização da internet e a disseminação do jornalismo popular, colocando em xeque o monopólio da verdade em que tentaram se transformar os grandes meios de comunicação.

Nas palavras de Muniz Sodré, que faz a apresentação do livro da Fundação Perseu Abramo, “Diálogos da Perplexidade é publicação útil e oportuna. Geralmente os temas candentes do jornalismo e da rede eletrônica são abordados com linguagem arrevesada, futurística, não raro desnorada, extraviada como uma nave em Guerra das Estrelas. Que fazem Lima e Kucinski? Não voam, nem se perdem”.

Bernardo Kucinski é professor titular da USP e militou nos jornais alternativos “Amanhã”, “Opinião”, “Bondinho”, “Movimento” e “Em Tempo”. De 2003 a 2006, foi assessor da Secretaria de Comunicação Social e Gestão Estratégica da Presidência da República (Secom). É autor de vários livros e colaborador do site Carta Maior e da Revista do Brasil.

Venício de Lima é sociólogo, jornalista e autor de diversos livros. Também atua como colaborador permanente dos sites Observatório da Imprensa e Carta Maior e da revista Teoria e Debate.